ALUISIO CABIANCA BEREZOWSKI

AÇÃO ANULATÓRIA DE SENTENÇA ARBITRAL: PRESSUPOSTOS E LIMITES

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Doutor Antonio Carlos Marcato

Universidade de São Paulo

São Paulo

2020

ALUISIO CABIANCA BEREZOWSKI

AÇÃO ANULATÓRIA DE SENTENÇA ARBITRAL: PRESSUPOSTOS E LIMITES

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração *Direito Processual*, sob orientação do Professor Doutor Antonio Carlos Marcato.

Universidade de São Paulo

São Paulo

2020

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Berezowski, Aluisio Cabilanca

Ação anulatória de sentença arbitral: pressupostos e limites ; Aluisio Cabilanca Berezowski ; orientador Antonio Carlos Marcato -- São Paulo, 2020.

274

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito Processual) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2020.

1. Arbitragem. 2. Sentença arbitral. 3. Nulidades. 4. Ação anulatória. I. Marcato, Antonio Carlos, orient. II. Título.

Nome: BEREZOWSKI, Aluisio Cabianca

Título: Ação anulatória de sentença arbitral: pressupostos e limites

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade
de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

DEDICATÓRIA

Para Patricia, amada companheira de jornada, alma-irmã cujo amor vem abençoando minha vida há quinze anos, e para Mateus, o mais sublime fruto desse amor.

Agradeço, muito sinceramente,

Ao Professor Antonio Carlos Marcato, pela oportunidade a mim concedida, pela valiosa orientação e, sobretudo, pelo exemplo de mestre que é, para todos nós, seus alunos.

À Professora Silmara Chinelato, cujos conselhos, larga experiência acadêmica e vocação à docência muito me ajudaram.

Ao Professor Daniel Penteado de Castro, sem quem esta empreitada sequer teria iniciado, e cujo incentivo e auxílio foram inestimáveis.

Aos amigos e colegas do curso de pós-graduação, aqui representados na pessoa querida de Luiz Roberto Hijo Sampietro

Aos meus sócios e colegas de escritório, que me auxiliaram, cada qual à sua maneira, durante as minhas muitas ausências do ambiente profissional, sem contar o valioso concurso daqueles com quem pude debater os temas versados neste trabalho e a quem submeti excertos para revisão.

Aos meus muitos amigos, que a fortuna me proporcionou, sem poder deixar de nomear, *em ordem alfabética*, aqueles que estiveram mais próximos de mim durante este longo percurso acadêmico: Antonio Viana de Sá Filho, Alexandre Arantes, André de Carvalho Maia, Diamantino Fernandes Trindade, Heloiza Gabriolli, Ivo Lopes Yonamine, Katy de Mattos Frisvold, Ivan Corrêa, Nicholaj de Mattos Frisvold e Remo Rotella Junior.

A Ricardo Tepedino, muito mais do que um sócio e colega de trabalho, mas um grande amigo, um ser humano cuja marca distintiva é a generosidade, com quem privo há 20 anos, e cujo apoio, nas horas mais críticas, foi fundamental para a conclusão deste trabalho.

À minha mãe e ao meu pai, Rita e Aderson, que me criaram num rico ambiente cultural e sempre me incentivaram a vida intelectual, bem como à minha irmã, Raquel, que sempre acreditou em mim.

RESUMO

BEREZOWSKI, Aluisio Cabianca. *Ação anulatória de sentença arbitral: pressupostos e limites*. 2020. 274 páginas. Mestrado. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

A pesquisa volta-se aos pressupostos e limites da ação anulatória de sentença arbitral, tecendo uma análise aprofundada das invalidades previstas no art. 32 da Lei nº 9.307/96 (alterado em parte pela Lei nº 13.129/15). Abordam-se a natureza jurídica dessas nulidades, definindo-as como categorias de direito material ou de direito processual, o seu caráter exemplificativo ou exaustivo, as hipóteses em que se configuram, assim como a possibilidade de, sobre elas, pairarem necessariamente princípios maiores do direito, como o respeito à Constituição Federal e à ordem pública. Nesse contexto, estuda-se, ainda, ação anulatória prevista no art. 33 da Lei de Arbitragem. Passando igualmente pela categoria da sentença inexistente e pelos vícios dos quais decorreria essa inexistência, dedica-se um capítulo também à ação declaratória de inexistência de sentença, também conhecida como *querela nullitatis insanabilis* ou *actio nullitatis*. Ao final, pretende-se tenha sido possível realizar uma análise tão minuciosa quanto profunda do tema, respondendo às várias indagações que sobre ele subsistem, com vias a encontrar um fio condutor que se preste a uma sistematização mais sólida a respeito da desconstituição da sentença arbitral.

Palavras-chave: Arbitragem. Sentença Arbitral. Nulidades. Ação Anulatória. *Querela Nullitatis*.

ABSTRACT

BEREZOWSKI, Aluisio Cabianca. Ação anulatória de sentença arbitral: pressupostos e limites. 2020. 274 pages. Dissertation (Masters). Law School, University of São Paulo, São Paulo, 2020.

The research explores the premises and limits of the judicial challenge to the domestic arbitration award, analyzing deeply the disability disciplined by article 32 of Law nº 9.307 / 96 (amended by Law nº 13.129 / 15). It discusses the legal status of these invalidities, defining them in the categories of civil and procedural law, their exhaustive or exemplary character, the hypothesis in which they are configured, as well as the possibility of being ruled by important principles such as the Federal Constitution and public order. In this context, it is also studied the action of judicial annulment disciplined in article 33 of the Arbitration Law. A specific chapter likewise addresses the declaratory action of nonexistence of an arbitral award, also known as the *querela nullitatis insanabilis* or *actio nullitatis*, besides exploring the category of nonexistent award and its defects. In the end, it is intended to make a thorough and in-depth analysis of the subject, answering the many questions on the subject, with the intention of finding a guiding thread that allows a more solid systematization regarding the annulment of arbitral awards.

Keywords: Arbitration. Arbitral Award. Invalidities. Judicial Nullifying Action. *Querela Nullitatis*.

Breves considerações de cunho metodológico

A metodologia de pesquisa e exposição aplicada a este trabalho baseou-se nas obras de UMBERTO ECO¹ e de EDUARDO C. SILVEIRA MARCHI,² mas, sobretudo, alicerçou-se em dois pilares: o conforto da leitura e a praticidade na consulta às referências bibliográficas.

Assim é que, respeitante a facilitação do processo de leitura, optou-se pela fonte Arial, cujo tamanho 12, segundo as normas editadas pela Comissão de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo, bem como por se espaçar as notas de rodapé, cujo tamanho 10 torna penosa a leitura se unidas umas às outras.

Quanto à funcionalidade na verificação das citações bibliográficas, preferiu-se citar, sempre que necessário, o nome completo da obra, remetendo-se o leitor à bibliografia, onde encontrará as referências completas de cada obra. De igual maneira, como permitem os usos e costumes dos trabalhos acadêmicos no âmbito jurídico, em vez de se citar tão somente o último sobrenome de cada autor, escolheu-se o nome pelo qual é mais conhecido na comunidade acadêmica ou que permitirá mais facilmente identificá-lo. Assim é que juristas como Antonio Carlos Marcato, Cândido Rangel Dinamarco e Carlos Alberto Carmona, cujos sobrenomes os distinguem por completo, foram mencionados como MARCATO, DINAMARCO e CARMONA, ao passo que juristas como Adriana Braguetta e Selma Lemes, assim conhecidas no âmbito do direito arbitral, foram citadas como ADRIANA BRAGHETTA e SELMA LEMES.

¹ *Como se faz uma tese...*

² *Guia de metodologia jurídica...*

SUMÁRIO

1. Introdução	12
2. Ato jurídico e sentença arbitral	
2.1. Considerações preliminares	22
2.2. O sistema de invalidades no direito privado	27
2.3. Nulidades ou anulabilidades?	43
2.4. O ato jurídico processual inexistente	68
3. A sentença arbitral	
3.1. Considerações preliminares	78
3.2. Os elementos da sentença arbitral	85
3.3. Os efeitos da sentença arbitral	94
3.4. Sentença <i>citra</i> , <i>extra</i> ou <i>ultra petita</i>	98
4. A coisa julgada	
4.1. Considerações introdutórias	106
4.2. Breve resenha histórica da evolução do instituto	106
4.3. A contribuição de José Ignacio Botelho de Mesquita	126
4.3.1 O conteúdo da sentença	127
4.3.2 Os efeitos da sentença	130
4.3.3. Os efeitos do trânsito em julgado da sentença	131
4.3.4. Aplicações práticas da tese de Botelho de Mesquita	134
4.4. A coisa julgada arbitral	137
5. A ação anulatória de sentença arbitral	
5.1. Objeto	143
5.1.1. Irrenunciabilidade	145
5.2. Breves considerações sobre a ação anulatória de sentença arbitral e a ação rescisória	148
5.2.1. Natureza desconstitutiva ou declaratória?	150
5.3. Hipóteses de cabimento	

5.3.1 Nulidade da convenção de arbitragem	153
5.3.2. Sentença proferida por não árbitro	157
5.3.3. Sentença arbitral carente dos seus requisitos obrigatórios	160
5.3.4. Sentença arbitral infra, ultra ou extra petita	164
5.3.5. Sentença proferida por prevaricação, concussão ou corrupção passiva	169
5.3.6. Sentença intempestiva	170
5.3.7. Sentença proferida em desrespeito ao <i>due process of law</i>	172
5.4. Rol fechado ou aberto?	174
5.5. Violação à ordem pública e à constituição	182
5.5.1. Violação à súmula vinculante	193
5.6. Anulabilidade ou nulidade	199
5.7. Haverá hipóteses de inexistência da sentença arbitral no artigo 32	202
5.8. O pedido de esclarecimentos como pressuposto do ajuizamento da ação anulatória da sentença arbitral	204
5.9. Conclusão parcial	208
 6. A <i>querela nullitatis</i>	
6.1. Considerações introdutórias	210
6.2. Esboço histórico do instituto e breves apontamos de direito comparado	
6.2.1. Direito romano	211
6.2.2. Direito germânico	215
6.2.3. Direito estatutário italiano	218
6.2.4. Direito português	221
6.2.5. Direito italiano contemporâneo	225
6.2.6. Direito brasileiro	226
6.3. Visão geral do instituto	
6.3.1. Natureza jurídica	233
6.3.2. Hipóteses de cabimento	239
6.3.3. Aplicação atual às hipóteses de nulidade ou falta de citação	240
 7. Considerações finais	246
Bibliografia	249

1. INTRODUÇÃO

Vê-se, hoje, como jamais antes, uma tendência a prestigiarem-se os meios alternativos de solução de conflitos (*alternative dispute resolution*), fruto da patente ineficiência do Estado para dirimi-los e reflexo também da crescente complexidade das estruturas sociais. Tanto é assim que a conciliação e a mediação foram incluídas como políticas públicas a serem observadas por todos os órgãos do Poder Judiciário na Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça.

A arbitragem, por sua vez, experimentou, no século XX, um desenvolvimento exponencial e único na sua história. É a era do direito negociado de que trata GUILLAUME DASQUIÉ;³ é o século da arbitragem, como menciona ARNOLDO WALD.⁴ Embora vetusta, hoje conta com os contornos próprios de um instituto jurídico autônomo, mas ainda carente de completo amadurecimento.

No Brasil, uma vez que antes da Lei nº 9.307/96 (alterada em parte pela Lei nº 13.129/15), a arbitragem era incipiente, porque não gozava de autonomia, dependendo, antes, da chancela estatal, pode-se considerá-la um instituto relativamente novo,⁵ que, como tal, suscita paixões e entusiasmos.⁶ Assim é que os mais arrebatados defensores da arbitragem não se apercebem, por vezes, de que ela não é um melhor sistema de administração da justiça, se comparada ao Judiciário. Afinal, os árbitros, assim como os juízes, são homens e, por isso mesmo, falíveis. A

³ *Les nouveaux pouvoirs...*

⁴ *Os meios judiciais do controle da sentença arbitral...*

⁵ Passados vinte anos da entrada em vigor da Lei nº 9.307/96, a arbitragem, no Brasil, ainda assim, é nova se comparada ao processo estatal.

⁶ CARLOS ALBERTO CARMONA, discorrendo sobre a nulidade da sentença proferida por árbitro que não atende às características previstas na convenção de arbitragem, apresenta a seguinte reflexão sobre a política que busca impedir a anulação dos laudos, muito pertinente às considerações aqui traçadas: “Serve o exemplo acima para demonstrar que o dispositivo analisado deve comportar interpretação razoavelmente aberta, sob pena de, à fora de tentar restringir excessivamente as hipóteses de nulidade (talvez como forma política de prestigiar a arbitragem), deixar ao desamparo o litigante prejudicado com incorreto manejo dos instrumentos instituidores da arbitragem (cláusula e compromisso).” (*Arbitragem e processo...*, p. 321).

arbitragem, portanto, não é um meio melhor de se obter justiça do que aquele oferecido pelo Estado; é apenas um meio diferente, a começar pelo fato de que ela é fruto da autonomia da vontade, enquanto o Judiciário é emanção da soberania do Estado.

A opção pela via arbitral e judicial, desse modo, decorre da reflexão, pelas partes, do sistema a elas mais adequado para dirimir controvérsias, sendo de se considerar, nesse momento, as tão conhecidas vantagens que a arbitragem tem a oferecer. Todavia, ela, por si própria, repita-se, não é melhor ou pior, mas um meio para se atingir um fim: a solução de conflitos intersubjetivos. Afinal, como adverte CALAMANDREI, o bom funcionamento da justiça depende dos homens e não das leis, e um bom sistema judicial (ou arbitral, cabe acrescentar) não é concebido pela norma, mas sim fundado na busca pela viva humanidade.⁷

Às paixões suscitadas pelo instituto soma-se, ainda, um espírito de desencanto, de descrença e, por que não dizer, de receio para com o Poder Judiciário e a sua possível ingerência na seara arbitral⁸ – refletido claramente no diploma de 1996 e em nada exorcizado na lei de 2015 –, compreendendo-se, por tais fatores, o porquê de não se ter, ainda, um sistema mais solidamente alicerçado e demarcado das hipóteses de desconstituição do laudo arbitral.⁹

⁷ *Instituciones Instituciones de Derecho Procesal Civil*, vol. II..., p. 255.

⁸ MARCELA KOHLBACH FARIA, a propósito, observa que “A interpretação restritiva da lei nº 9.307 de 1996, através da limitação aos instrumentos de controle, demonstra uma desconfiança dos jurisdicionados com relação ao Judiciário. Todavia, a ação anulatória deve ser vista como uma garantia contra eventuais abusos ou equívocos inadmissíveis dos tribunais arbitrais. A autonomia da vontade deve ser preservada, não obstante, como em qualquer outro contrato, devem existir instrumentos eficazes para a preservação dos direitos das partes contratantes.” (*Ação anulatória da sentença arbitral...*, p. 188).

⁹ Aqui, trata-se de desconstituição e não de revisão porque, como cediço e como se discorrerá, a sistemática conferida pelo legislador brasileiro ao processo arbitral não admite a revisão da sentença arbitral, encontrando-se absolutamente afastada a sua substituição por um pronunciamento judicial. Noutras palavras, ao Judiciário sempre será defeso adentrar o mérito do laudo arbitral. É como observa CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO, para quem “não pode o juiz estatal interferir no mérito daquilo que foi decidido pelo árbitro, ainda que salte aos olhos eventual injustiça no julgamento. A natureza deliberatória do controle estatal evita que o juiz possa imiscuir-se no conteúdo da sentença.” (*Poder Judiciário e sentença arbitral...*, p. 141).

Com efeito, inúmeras são as dúvidas que pairam sobre as hipóteses de nulidade (ou inexistência, como se discutirá) da sentença arbitral, bem como a respeito dos pressupostos e dos limites para a sua desconstituição. Passar-se-á, aqui, a levantar esses pontos nevrálgicos, a fim de evidenciar a necessidade que se impõe de um tratamento mais uniforme a respeito.

Principiam as discussões na doutrina sobre a propriedade com que o legislador tratou do pleito de “*declaração da nulidade da sentença arbitral*”,¹⁰ havendo quem defenda a natureza desconstitutiva da tutela jurisdicional voltada à impugnação da sentença arbitral,¹¹ vale dizer, que se trata de tutela constitutiva negativa aplicável ao vício de nulidade processual da sentença.¹²

Ainda no campo da nulidade, há quem entenda subsistirem, no processo arbitral, tão somente as nulidades processuais,¹³ expostas na teoria pioneira de GALENO LACERDA.¹⁴, embora haja quem, dentre as hipóteses listadas no artigo 32 da

¹⁰ Art. 33 da Lei 9.307/96, alterada pela Lei 13.129/15.

¹¹ É como entende Francisco JOSÉ CAHALI, para quem a “tutela jurisdicional para atacar sentença arbitral, quando considerada nula pela lei, considerados os vícios tipificados na norma, tem natureza desconstitutiva. Sentença arbitral viciada, nula ou anulável (na linguagem processual), desconstitui-se, não se declara (ou decreta como diz a lei) a nulidade.” (*Curso de arbitragem...*, p. 309).

¹² CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO, inova na discussão, assim se posicionando: “Discute-se, finalmente, a *natureza declaratória ou desconstitutiva* da ação fundada no art. 33 da Lei de Arbitragem. Entende-se, aqui, que é tributária da causa de pedir que serve de base à demanda do interessado em atacar a sentença arbitral. Assim, a ação com fundamento no art. 33 da Lei de Arbitragem terá natureza desconstitutiva, rescisória da sentença arbitral quando o vício que atinge a sentença não impedir o seu trânsito em julgado; será, por outro lado, meramente declaratória, quando fundada em causa de pedir mais grave, capaz de ensejar sua nulidade ou a inexistência jurídica.” (*Poder Judiciário e sentença arbitral...*, pp. 143/147) Já para CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO, a ação anulatória de sentença arbitral tem natureza constitutiva negativa, guardando alguma semelhança com a ação rescisória: “A eficácia desconstitutiva da ação anulatória equivale à do juízo rescindente da rescisória”, inexistindo, porém, o juízo rescisório. (*A arbitragem na teoria geral do processo...*, pp. 236/237).

¹³ Aqui, é possível também se cogitar dos pressupostos processuais, marco fundamental na sua sistematização deve-se a OSKAR VON BÜLOW, aplicáveis também à arbitragem, de modo a exsurgirem pressupostos processuais arbitrais, como defende MARTIM DELLA VALE (*Considerações sobre os pressupostos processuais em arbitragens...*, pp. 7/30).

¹⁴ GALENO LACERDA, em seu clássico “Despacho Saneador”, discorre sobre as nulidades, atinentes às normas ditas imperativas, e as anulabilidades, referentes às normas cogentes. Mais recentemente, LEONARDO GRECO propõe a existência de seis espécies do gênero nulidade processual, quais sejam, a inexistência, a nulidade absoluta, a nulidade relativa, a irregularidade e o erro material (*Instituições de processo civil, vol. I...*, p. 315) Nessa mesma esteira, ANTONIO DO PASSO CABRAL propõe a aplicação do princípio da proporcionalidade no exame dos vícios processuais sob a ótica teleológica (*Nulidades no processo moderno...*, p. 247).

Lei de Arbitragem,¹⁵ excepcione a nulidade da convenção de arbitragem, figura pertinente ao direito material, porque negócio jurídico ao qual se aplica o regramento dos vícios disciplinados no Código Civil.¹⁶ Outros, ainda, sustentam que a eventual nulidade da convenção arbitral difere do sistema de invalidades do direito privado, defendendo o hibridismo público-privado do instituto da arbitragem.¹⁷ Existem, ainda, aqueles que se saem por uma terceira via, objetando que a invalidade da convenção de arbitragem não é causa de nulidade, mas de inexistência da sentença¹⁸, pois uma convenção inválida (ou inexistente) não teria o condão de outorgar poderes jurisdicionais aos árbitros.¹⁹

A discussão prossegue quanto às hipóteses listadas nos incisos do artigo 32 serem de nulidade ou de anulabilidade. Para uns,²⁰ são hipóteses de anulabilidade, e não de nulidade, como disporia equivocadamente a lei, vez que, mesmo na presença de tais vícios, a sentença produz efeitos enquanto não vier a ser suspensa ou desconstituída no Judiciário. Por outro lado, para outros, reforçando o

¹⁵ Paira, convém observar, discussão acerca do caráter exaustivo ou não das hipóteses constantes do art. 32 da Lei de Arbitragem. Para CARMONA, são eles *numerus clausus*: “Os casos de nulidade da sentença arbitral – para utilizar a expressão endossada pela Lei – são taxativos, de modo que não podem as partes ampliar os motivos de impugnação nem estabelecer na convenção de arbitragem novas formas de revisão judicial do laudo. Haverá, porém, casos verdadeiramente excepcionais, em que será necessário reconhecer a sobrevivência da via declaratória ou desconstitutiva para atacar o laudo. (*Arbitragem e processo...*, p. 318) Já para CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO, o art. 32 não exaure as hipóteses de nulidade da sentença arbitral: O elenco do art. 32 da Lei de Arbitragem é, de fato, não-exaustivo. Isso não resulta da incidência do art. 5º, XXXV, da CF, como fator de integração normativa, mas, sim, da necessidade de controle da conformidade do conteúdo das decisões que pretende inserir no ordenamento jurídico brasileiro, obrigação exclusiva do juiz estatal brasileiro.” (*Poder Judiciário e sentença arbitral*, pp. 365/370).

¹⁶ Haveria, pois, vícios processuais e materiais relativos à sentença, ao procedimento e à convenção, de modo a haver nulidades internas e externas à arbitragem.

¹⁷ É opinião de CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO que “a nulidade da convenção não obedece ao sistema de nulidade dos negócios jurídicos em geral, informado pelos princípios e regras aplicáveis ao direito privado. Aqui, mais uma vez, aflora a natureza transversal da disciplina, meio pública, meio privada, que é a arbitragem.” (*Poder Judiciário e sentença arbitral...*, p. 104).

¹⁸ O tema será tratado mais adiante, mas, aqui, vale anotar que exemplos de sentença inexistente são a sentença sem dispositivo, sem assinatura, ilegível, ilógica, cujo objeto é inarbitrável ou fundada em convenção de arbitragem inexistente.

¹⁹ É a posição de LEONARDO DE FARIA BERALDO (*Curso de arbitragem...*, p. 489 e DE FABRIZIO MATEUCCI VICENTE (*Arbitragem e nulidades...*, p. 10).

²⁰ Como, por exemplo, CARMONA (*Arbitragem e processo...*, p. 317) e PEDRO BATISTA MARTINS (*Apontamentos sobre a lei de arbitragem...*, p. 316), ainda que este último autor assinala que alguns dos incisos desse dispositivo de lei traduzir-se-iam em hipóteses de inexistência.

caráter processual das nulidades previstas pelo legislador, seria de se afastar a hipótese da anulabilidade, tendo em vista que, no direito processual, somente subsistiria a categoria das nulidades.²¹

Mais propriamente quanto às hipóteses de anulação da sentença arbitral (ou desconstituição, como defendem alguns), debate-se sobremaneira a possibilidade de se invocar a violação à ordem pública como vício a inquiná-la de nulidade. Prevista a possibilidade na Convenção de Nova Iorque, à qual aderiu o Brasil, a maioria da doutrina entende que ou bem a ordem pública é respeitada e privilegiada no laudo arbitral, ou bem será ele nulo, pouco importando que a lei não contenha previsão expressa a respeito.²² Afinal, se o artigo 39, II, da Lei de Arbitragem, veda a homologação de sentença arbitral estrangeira em desrespeito à ordem pública, não poderia ser diferente, sob pena de se conferir uma interpretação assistemática e contraditória ao diploma normativo, no tocante às sentenças arbitrais nacionais.²³

Não falta, entretanto, quem minimize os efeitos desse imperativo do respeito à ordem pública, ponderando que se o legislador não previu essa possibilidade, somente situações de um desrespeito aberrante à ordem pública justificariam a anulação judicial da sentença arbitral.²⁴ O problema que já se antevê nesse posicionamento, todavia, é o de que não há, sabidamente, um escalonamento

²¹ Esse é o entendimento de DINAMARCO, para quem somente na esfera do direito privado seria incogitável falar-se em “anulação do nulo”, já que o direito processual conta com um sistema de nulidades próprio, no qual o nulo é necessariamente anulado judicialmente, continuando a produzir regulares efeitos até que isso aconteça. (*A arbitragem na teoria geral do processo...*, p. 115; *Limites da sentença arbitral...*, pp. 245/6).

²² Note-se que, no direito português, como observa MANUEL PEREIRA BARROCAS, a violação à ordem pública é uma das excepcionais hipóteses de revisão judicial do *mérito* da sentença arbitral. (*Manual de arbitragem...*, p. 496).

²³ É como se posiciona CARMONA, para quem “a ausência de expressa referência à ordem pública como fator de invalidação da sentença arbitral não impede que se retire de circulação decisão que ofenda valores importantes para a sociedade.” (*Arbitragem e processo...*, p. 333).

²⁴ Com a palavra, PEDRO BATISTA MARTINS: “A ausência de item expresso na lei demonstra que a *mens legis* visa a permitir que somente casos extraordinários que afetem a ordem pública possam ser questionados na justiça. (...) A violação há de ser flagrante, efetiva e concreta, vez que a revisão do julgado arbitral é matéria defesa ao juízo estatal. Daí porque o vício há de ser manifesto, no sentido mais amplo da locução. A sentença há de ser, obviamente, contrária à ordem pública. (...) Por isso penso que somente os vícios efeitos e concretos, observados sem maiores entrâncias no mérito da questão, e que afetem pressupostos fundamentais de ordem pública podem ser objeto de ação de nulidade.” (*Apostamentos sobre a lei de arbitragem...*, pp. 319/320).

hierárquico entre as normas de ordem pública; dizendo de outro modo, não se pode considerar um princípio de ordem pública mais *fundamental* do que outro.²⁵

Claramente, tais posicionamentos visam a preservar o processo arbitral, evitando torná-lo palco de recursos mil e, assim, retirar-lhe o vigor e, sobretudo, a celeridade, que se apresenta como vantagem indiscutível frente ao processo judicial. Ainda assim, é preciso lembrar que o abuso não pode tolher o uso (*abusus non tollit usum*).²⁶

Questionamentos muito assemelhados surgem quando se discute a violação, pela sentença arbitral, de normas constitucionais. É bem verdade que o inciso VIII, do artigo 32, resolve o assunto em boa parte, ao refletir os princípios constitucionais básicos a se respeitar no processo arbitral (assim como no processo civil, naturalmente).²⁷ Ainda assim, há uma enorme multiplicidade de hipóteses de inconstitucionalidade que podem afetar o laudo arbitral, sendo possível, ainda, suscitar-se uma visão integrativa do artigo 32 da Lei de Arbitragem à Constituição Federal, segundo a qual essa lei, infraconstitucional que é, sujeitar-se-ia a todos os ditames constitucionais, seja pela autoridade inerente à Lei Maior, seja em virtude da disposição do § 2º, do artigo 21, da Lei de Arbitragem.²⁸ Exemplos de tais violações a

²⁵ Autores como RODRIGO GARCIA DA FONSECA (*Reflexões sobre a sentença arbitral...*) e ANDRÉ CHATEUABRIAND MARTINS (*Os diferentes níveis de ordem pública sob uma perspectiva da jurisprudência brasileira em arbitragens domésticas e internacionais...*) também procuram fechar a porta à ordem pública, mitigando a sua relevância no âmbito arbitral.

²⁶ É como bem observa LEONARDO DE FARIA BERALDO: “Não obstante os bons argumentos supra lançados, pedimos vênias para discordar. Não é a possibilidade de se buscar a prestação jurisdicional com base em suposta violação à ordem pública que fará com que as ações anulatórias se proliferem. A parte mal intencionada sempre encontrará argumentos para dar sustentáculo à sua frívola demanda, logo, não nos parece razoável que se queira atribuir, à ordem pública, a culpa disso tudo.” (*Curso de arbitragem...* p. 514).

Semelhante ponderação também faz ANTÔNIO SAMPAIO CAMELO (*Anulação da sentença arbitral contrária à ordem pública...*, pp. 134/173).

²⁷ Como observa PEDRO BAPTISTA MARTINS, “Contraditório, igualdade, imparcialidade e livre convencimento são princípios que garantem direitos fundamentais de todas as pessoas. Violado um, alguns ou todos eles, só resta ao juiz ordinário anular a sentença arbitral. Não há outro remédio, exceto a decretação, incontinenti, da nulidade da decisão, eivada que está de vícios inarredáveis.” (*Apontamentos sobre a lei de arbitragem...*, p. 318)

²⁸ A respeito, DINAMARCO assim se pronuncia: “Tal dispositivo não é exaustivo quanto às garantias constitucionais que devem permear o processo arbitral, mas todos os princípios constitucionais se impõem a este, seja por autoridade própria, independentemente de reafirmação no direito

garantias constitucionais não constantes da Lei de Arbitragem seriam as provas obtidas por meio ilícito ou em infração ao direito de ação (art. 5º, LVI). Seria de se questionar, de todo modo, se tal interpretação integrativa abrangeria também as leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal²⁹ e mesmo as sentenças proferidas contra súmula vinculante.³⁰

Como praticamente em tudo no que se refere a esse tema, há quem defenda a não submissão da sentença arbitral à Constituição Federal e às súmulas vinculantes editadas pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo esse entendimento, mesmo ante flagrante inconstitucionalidade (ou violação à ordem pública), não há que se cogitar de anulação do laudo, pois se trataria tão somente de erro de mérito, não passível de verificação pelo Judiciário. De igual maneira, não se cogitaria de submissão à súmula vinculante, eis que a arbitragem não se submeteria a um regime hierárquico normativo.³¹

Subsiste, ainda, dentre outras que um capítulo introdutório não comporta, mas que serão objeto de estudo ao longo desta dissertação, a celeuma acerca dos efeitos da sentença arbitral *extra* e *ultra petita*. Para alguns especialistas

infraconstitucional, seja mediante uma interpretação sistemática no próprio art. 21, § 2º." (*A arbitragem na teoria geral do processo...*, p. 245).

Noutro estudo, assim se posiciona o mesmo autor: "Eliminada a necessidade de homologação e portanto sendo a sentença arbitral eficaz por si própria, ela é, tanto quanto o juiz, um ato de pacificação social e, portanto, jurisdicional. (...) Essa expressiva aproximação entre o processo arbitral e o estatal é suficiente para abriga-lo sob o manto superior do direito processual constitucional, o que importa encarar seus institutos à luz dos superiores princípios e garantias endereçados pela Constituição aos institutos processuais. Isso implica também, conseqüentemente, incluir o processo arbitral no círculo da teoria geral do processo, entendida esta muito amplamente como legítima condensação metodológica dos princípios e normas regentes do exercício do poder. (...) O primeiro polar do presente estudo é portanto representado pela afirmação da plena incidência, sobre o processo arbitral, dos princípios e garantias processuais inerentes à tutela constitucional do processo" (*Possibilidade de emendas e alterações a pedidos e o princípio da estabilização no procedimento arbitral...*, p. 235).

²⁹ Ante a problemática da lei, na qual se funda a sentença arbitral, vir a ser posteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, TIAGO FIGUEIREDO GONÇALVES aventa a hipótese de se ajuizar ação declaratória de inexistência da sentença, vez que, nesse caso, ela não mais contaria com dispositivo. (*Ação declaratória de inexistência de 'sentença' baseada em 'lei' posteriormente declarada inconstitucional...*, pp. 533/570).

³⁰ No entender de RICARDO RANZOLIN, a súmula vinculante não é invocável frente à decisão arbitral (*Controle judicial da arbitragem ...*, p. 178).

³¹ É a opinião, por exemplo, de RICARDO DALMASO MARQUES. (*Inexistência de vinculação do árbitro às decisões e súmulas judiciais vinculantes do Supremo Tribunal Federa...*, pp. 96/137).

de nomeada, a primeira (*extra*) seria nula e a segunda (*ultra*), parcialmente nula, ao passo que outros, não menos ilustres, divergem de tal entendimento sustentando, claramente com base no princípio de que o útil não se vicia pelo inútil (*utile per inutile non vitiatur*), a nulidade apenas parcial da sentença *extra petita* e a possibilidade, se não em todos os casos, em boa parte deles, de se separar aquilo em que os árbitros foram além dos limites do termo de arbitragem.³²

Como se vê, os pontos de discussão e de divergência são muitos, a evidenciar a importância de que o tema seja estudado em busca de uma sistematização. Mas, ante tudo isso, como pode vir a ser impugnada a sentença arbitral? A lei prevê a ação anulatória,³³ mas é esse o único instrumento impugnativo de que se dispõe?

³² À primeira corrente filiam PEDRO BATISTA MARTINS (*Apontamentos sobre a lei de arbitragem...*, p. 316) e LUIZ OLAVO BATISTA (*Arbitragem comercial e internacional...*, p. 278), ao passo que à segunda, adere CARMONA (*Arbitragem e processo...*, p. 324).

DINAMARCO, a propósito, observa que “entre as regras fundamentais do direito processual, de indiscutível aplicação à arbitragem é a da correlação entre o pedido e o concedido, expressa em termos negativos no veto às sentenças *extra*, *ultra vel citra petita partium*. O juiz decidirá nos limites subjetivos e objetivos da demanda proposta, sendo-lhe vedado conceder ao autor mais que o pedido ou coisa diversa da pedida (CPC, arts. 128 e 460*) ou deixar de decidir tudo que haja sido pedido (parcial denegação de justiça – art. 126). [...] Nessa linha, venho afirmando que existe um eixo imaginário interligando o pedido, contido na demanda inicial do autor, e o dispositivo sentencial, em que ao pedido é dada uma resposta positiva ou negativa. Essa imagem destina-se a ilustrar a necessária correlação entre um e outro, de modo que a resposta nunca possa incidir sobre o que não foi demandado, sob pena de ultraje às garantias constitucionais do contraditório e do devido processo legal.” (*Limites da sentença arbitral...*, pp. 44/45). * Os artigos correspondentes no Código de Processo Civil de 2015 – 141 e 490 - não alteraram o alcance da norma.

Nesse mesmo diapasão, vale transcrever as considerações tecidas por MARTIM DELLA VALE: “parece impossível que os árbitros julguem fora do compromisso, pela simples razão de que não são competentes para conhecer questões que não lhe são submetidas. No entanto, podem os árbitros, dentro da matéria objeto do compromisso, conceder provimento distinto daquele diretamente pedido pelas partes? (...) O principal limite parece ser o devido processo: os árbitros não podem conceder provimento sobre o qual a parte demandada não teve a oportunidade de se manifestar, salvo tratar-se de pedidos acessórios, tal como juros e ônus de sucumbência. Relativamente a esse tipo de pedido, existe liberdade em alguma medida mesmo nos julgamentos estatais. Quanto aos demais pedidos, a regra de comportamento do árbitro deve ser a de cautela e máxima limitação no exercício de sua liberdade. Em qualquer hipótese, o julgamento deve respeitar o disposto na convenção de arbitragem, sob pena de nulidade. Não pode haver julgamento fora do objeto do litígio limitado pelas partes.” (*Arbitragem e equidade...*, p. 177).

³³ Nem mesmo quanto aos estreitos limites da ação anulatória da sentença arbitral há consenso. Exemplo disso é a opinião de CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO, para quem o pedido de esclarecimentos ou embargos arbitrais seria via de prequestionamento indispensável à propositura da ação anulatória (*Poder Judiciário e sentença arbitral...*, p. 110). JOSÉ EMÍLIO NUNES PINTO é contrário a esse posicionamento, nele enxergando uma violação do princípio da inafastabilidade do acesso ao Judiciário (5º, XXXV) (*Anulação de Sentença Arbitral infra petita, extra petita e ultra petita...*, p. 270).

Superada já a discussão sobre a possibilidade de se ajuizar ação rescisória da sentença arbitral, seja porque a lei prevê medida própria, seja porque não se poderia cogitar do juízo rescisório ou revisório,³⁴ não são poucos os que admitem a possibilidade do ajuizamento da querela *nullitatis insanabilis* (ou *actio nullitatis*, ou ainda, ação declaratória de inexistência de sentença arbitral, como preferem alguns).³⁵

Esse último instrumento processual volta-se a reconhecer a inexistência da sentença arbitral, do procedimento arbitral e também da jurisdição arbitral, em hipóteses tais como, entre outras, a de incapacidade das partes, a da arbitragem versar sobre direito indisponível, a do procedimento ter sido imposto contra a vontade das partes ou sem a sua participação.³⁶ Trata-se, enfim, de ação voltada a impugnar sentença acoimada dos vícios denominados por alguns como *transrescisórios*, vale dizer, daqueles que permitem o ajuizamento da *querela nullitatis* e que ocorreriam quando atos relevantes do processo inexistiram ou padeceram de vício de tal significância que os aproxime da inexistência.³⁷ Ainda nessa esteira, problema que

³⁴ É como observa CAHALI: "Importante notar que em nenhuma hipótese, até mesmo quando afastada por inteiro a jurisdição arbitral, haverá julgamento pelo Judiciário do conflito propriamente dito submetido à arbitragem (matéria de fundo). Na oportunidade da apreciação da ação desconstitutiva da sentença arbitral, diversamente do quanto pode ocorrer no resultado de uma ação rescisória (onde se permite, além do juízo rescindente, o juízo rescisório ou revisório), não haverá julgamento pelo Judiciário em substituição à decisão rompida." (*Curso de arbitragem...*, p. 323)

³⁵ Como pontua FABRIZIO MATEUCCI VICENTE, "a impugnação das hipóteses de inexistência jurídica deve ser realizada por meio de *actio nullitatis insanabilis*, sem aplicação de qualquer espécie de prazo decadencial ou prescricional, pois a inexistência jurídica não dá origem ao início de qualquer prazo". (*Arbitragem e nulidades...*, p. 13)

³⁶ PEDRO BAPTISTA MARTINS, ao tratar de hipóteses de nulidade da convenção arbitral, menciona os princípios gerais de boa-fé (*venire contra factum proprium*), parecendo aceitar, ainda que não expressamente, a natureza civil dessa hipótese de nulidade. (*Apontamentos sobre a lei de arbitragem...*, p.314) Já FABRIZIO MATEUCCI VICENTE aponta um rol extenso de vícios que tornariam inexistente a sentença arbitral: a) convenção de arbitragem sem a presença de agente, objeto lícito, forma ou manifestação de vontade; b) sentença arbitral proferida por quem não podia ser árbitro; c) ausência de requisitos da sentença arbitral; d) sentença arbitral proferida fora dos limites da convenção de arbitragem; e) sentença arbitral que viola o princípio do contraditório e f) hipótese de inarbitrabilidade. Nesse particular, adiante-se aqui que, embora a pesquisa realizada para os fins desse projeto de pesquisa tenha sido naturalmente superficial, parece que esse autor inclui hipóteses de nulidade naquelas de inexistência, necessariamente raras e limitadas.

³⁷ Essa é a visão de RICARDO RANZOLIN (*Controle judicial da arbitragem...*, p. 191). Para CLÁVIO DE MELO VALENÇA FILHO, duas são as hipóteses de inexistência, quais sejam, a *convenção de arbitragem nula ou caduca* e a *decisão que extrapola os limites da convenção válida*. Na sua visão, o legislador brasileiro optou por distribuir em quatro preceitos legais essas duas hipóteses: são os incisos I, II, IV e VII do art.

também se coloca é o da arbitragem simulada, contra a qual um terceiro poderia ajuizar ação declaratória de inexistência.³⁸

Note-se que a presente discussão nada tem de meramente teórica. Muito ao contrário, a distinção entre vícios que levam à inexistência da sentença arbitral e vícios que a cominam de nulidade prende-se justamente ao fato de que, para a maioria dos que defendem essa possibilidade, o ajuizamento da ação declaratória de inexistência sentença arbitral não se limita ao prazo de 90 dias previsto na lei.³⁹

Feitas essas rápidas anotações voltadas a trazer à luz o estado de desacordo e de dúvida patente que se fazem presentes entre os estudiosos da arbitragem acerca dessa temática, passar-se-á a discorrer mais demoradamente a esse respeito, na esperança de que um esforço de síntese e sistematização contribuirá para com o a disciplina dos pressupostos e limites da ação anulatória de sentença arbitral.

32, que vêm a ser “hipóteses de inexistência jurídica da sentença arbitral por ausência de poder jurisdicional do árbitro”. (*Poder Judiciário e sentença arbitral...*, pp. 104/112)

³⁸ A problemática é levantada por DONALDO ARMELIN, que, contudo, não vislumbra a possibilidade do ajuizamento da *querela nullitatis* nessa hipótese, mas tão somente da ação anulatória prevista em Lei: “A ação declaratória com a sua imunidade a prescrições, decadência ou preclusões, que a caracteriza é o instrumento adequado para o reconhecimento da inexistência das sentenças arbitrais, a ela equiparada a impugnação, com carga declaratória relativamente à inexistência do título executivo judicial correspondente à sentença arbitral. Contudo o seu manejo deve ser reservado àquelas situações que, efetivamente, comportam o reconhecimento da inexistência da sentença arbitral, reduzindo-se ao mínimo as hipóteses em que sua nulidade seja convolada em figuras de inexistência. Com isso, manter-se-á o necessário tônus de segurança jurídica, que deve emergir da tutela arbitral.” (*A ação declaratória em matéria arbitral...*, p. 119).

³⁹ Há opiniões divergentes, contudo. Para RICARDO RANZOLIN, em sendo soberana a ação anulatória prevista na lei, só se cogita do ajuizamento da ação declaratória de inexistência após os 90 dias na hipótese da parte não ter sido intimada da sentença (*Controle judicial da arbitragem...*, p. 192).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A irresignação é inerente à natureza humana. Justamente por isso, o direito sempre se viu às voltas com alguma sorte de sistema recursal, ainda que tenha havido momentos, na história, em que a possibilidade de se impugnar um comando sentencial mostrou-se tão tímida que praticamente inexistiu.

O microsistema processual arbitral distingue-se precipuamente pela inexistência de recurso positivado contra a sentença arbitral (as partes, bem se viu, podem prever recursos internos na convenção de arbitragem, mas essa situação é superlativamente inusual), singularidade essa apontada como uma das vantagens mais evidentes da jurisdição arbitral, por isso mesmo mais célere do que a justiça estatal. Esse aspecto vantajoso da arbitragem, todavia, não raro, é prontamente esquecido quando a parte se depara com uma sentença que lhe é desfavorável. Inicia-se, então, muito comumente, uma busca obsessiva por “nulidades” na sentença.

Ciente disso, o legislador soube muito bem criar um sistema fechado à proverbial inventividade da parte irresignada, dispondo, no artigo 32 da Lei de Arbitragem, hipóteses finitas de nulidade da sentença arbitral. A estanqueidade do sistema, contudo, é tarefa difícil, inglória e, a bem da verdade, impossível: sempre haverá alguma situação não abarcada pela *mens legislatoris*, a demandar a análise sistemática do direito em busca de uma solução. Ademais, como analisado, há vícios de tamanha magnitude que transcendem a esfera da mera nulidade e adentram o campo da inexistência jurídica, ficando, assim, fora da listagem legal e mesmo dos efeitos do trânsito em julgado da sentença.

Ainda assim, são excepcionalíssimas as hipótese de nulidade da sentença arbitral não contempladas no rol normativo, sendo de rigor que se as analise com extremo cuidado e máximo rigor, a fim de não se fragilizar a soberania e a independência da jurisdição arbitral, pilares sobre os quais se alicerça a força mesma do instituto brasileiro da arbitragem. Afinal, ao se elasticizar ou mesmo fissurar o

sistema legal fechado de impugnação judicial à sentença arbitral, a existência da arbitragem seria gravemente ferida. Quiçá de ferida mortal.

O Judiciário, de todo modo, não vem dando guarida ao anseio “anulatório” daquele que sucumbe na ação arbitral, mostrando-se, ao contrário, severíssimo na apreciação das demandas anulatórias. A mensagem da justiça estatal é clara: quem optar pela via arbitral que se curve ao julgamento do árbitro, contra o qual não há, definitivamente, recurso.

Tendo sido estudado o sistema de invalidades do direito privado, que deu à luz ao sistema de invalidades do direito processual, mas com ele não se confunde, muito embora encontre considerável zona de intersecção, buscou-se demonstrar que o microssistema de invalidades do processo arbitral é ainda mais restrito: disciplinado pela Lei nº 9.307/96, ainda que se subsuma aos princípios gerais do direito processual, mesmo que se insira no ordenamento normativo nacional e, por isso mesmo, vincule-se às normas constitucionais (incluindo-se as súmulas editadas em caráter vinculante pelo Supremo Tribunal Federal) e às normas de ordem pública, não há margem para manobras oportunistas ou campo largo à inventividade. A via judicial de impugnação à sentença arbitral é estreitíssima.

Mais estreita ainda, excepcionalmente atípica é a via da desconstituição judicial da sentença inexistente. Como se espera tenha sido possível demonstrar, a sentença inexistente é uma categoria amplamente reconhecida pela doutrina e pela jurisprudência, assim como a vetusta *querela nullitatis*, mãe de todos os recursos do direito moderno, é um instrumento que continua a ser usado nas insólitas situações em que uma sentença se mostra tão viciada que é considerada inexistente, vale dizer, inapta a ingressar no mundo do direito. Mesmo então, escassíssimas são as hipóteses em que se admitirá o manejo desse remédio processual também para a sentença arbitral inexistente. E, acrescente-se, deverão continuar a sê-lo, pois, não transitando em julgado a sentença inexistente, aumentá-las é submeter o instituto da arbitragem a risco ainda maiores e mais mortíferos.

O estudo, pois, aqui encetado, longe de chegar à conclusão de que as hipóteses legais de nulidade da sentença arbitral poderiam ser alargadas ou

flexibilizadas, e assim também os casos de inexistência jurídica do *decisum* arbitral, levou a que se constate exatamente o oposto: embora não absolutamente hermético o rol do artigo 32 da Lei de Arbitragem, mesmo que verificável o fenômeno da sentença arbitral inexistente, as hipóteses não admitem maior dilatação.

BIBLIOGRAFIA

ABBUD, Georges. *Jurisdição constitucional vs. arbitragem: os reflexos do efeito vinculante na atividade do árbitro* in *Revista de Processo*, vol. 214, São Paulo: RT, dez., 2012.

ALMEIDA, Ricardo Ramalho. *A anulação de sentenças arbitrais e a ordem pública* in *Revista de Arbitragem e Mediação*, nº 9, São Paulo: RT, abr./jun., 2006.

_____. *Arbitragem comercial internacional e ordem pública*, Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

ALVES, Rafael Francisco. *Árbitro e direito: o julgamento do mérito na arbitragem*, São Paulo: Almedina, 2018.

AMARAL, Paulo Osternack. *Arbitragem e administração pública*, Belo Horizonte: Fórum, 2012.

APRIGLIANO, Ricardo. *Ordem pública e processo*, São Paulo: Atlas, 2011,

ARMELIN, Donaldo. *A ação declaratória em matéria arbitral* in *Revista de Arbitragem e Mediação*, nº 9, São Paulo: RT, abr./jun., 2006.

Notas sobre a ação rescisória em matéria arbitral in *Revista de Arbitragem e Mediação*, nº 1, São Paulo: RT, jan./abr., 2004.

ARRUDA ALVIM, José Manuel de. *Manual de direito processual civil*, 14ª edição, São Paulo: RT, 2011.

ARRUDA ALVIM, Teresa. *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos*, volume 6, São Paulo: RT, 2002.

_____. *Nulidades do processo e da sentença*, 8ª ed., São Paulo: RT, 2017.

_____. *A ação declaratória em matéria arbitral*, in *Revista de Arbitragem e Mediação*, nº 9, São Paulo: RT, abr./jun., 2006.

AZEVEDO, Antônio Junqueira. *Negócio jurídico: existência, validade e eficácia*, São Paulo: Saraiva, 2002.

BAPTISTA, Luiz Olavo. *Arbitragem comercial e internacional*, São Paulo: Lex Magister, 2011.

BACELLAR, Roberto Portugal. *Mediação e arbitragem*, 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 2016.

BARBOSA, Flávio Spaccaquerche, *A sentença arbitral parcial e o seu controle judicial* in *Arbitragem nacional e internacional* (MOTTA PINTO, Ana Luiza Baccarat, e SKITNEVSKY, Karin Hlavnicka), São Paulo: Campus Jurídico, 2012.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Ainda e sempre a coisa julgada* in WAMBIER, Luiz Rodrigues, WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Doutrinas essenciais. Processo civil*, vol. IV, São Paulo: RT, 2011.

_____. *Eficácia da sentença e autoridade da coisa julgada* in *Temas de direito processual, Terceira Série*. São Paulo: Saraiva, 1984.

_____. *Estrutura da sentença arbitral* in *Reflexões sobre arbitragem* (Coord. MARTINS, Pedro A. Batista; GARCEZ, José Maria Rossani, São Paulo: LTr, 2002.

_____. *Questões prejudiciais e questões preliminares* in *Direito processual civil: ensaios e pareceres*. São Rio de Janeiro: Borsoi, 1971.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. V, 17ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BARRAL, Welber. *Arbitragem e jurisdição* in *Arbitragem: lei brasileira e praxe internacional* (Coord. CASELLA, Paulo Borba), 2ª edição, São Paulo: LTr, 1999.

BARROCAS, Manuel Pereira. *Manual de arbitragem*, Coimbra: Almedina, 2010.

BAPTISTA, Luiz Olavo. *Arbitragem comercial e internacional*, São Paulo: Lex Magister, 2011.

BATISTA MARTINS, Pedro. *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. III, Forense, p. 244

BATISTA, Zótico. *Coisa julgada* in WAMBIER, Luiz Rodrigues, WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Doutrinas essenciais. Processo civil*, vol. IV, São Paulo: RT, 2011.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e processo*, 6ª edição, São Paulo: Malheiros, 2011.

BELTRAME, José Alonso. *Dos embargos do devedor*, São Paulo: Saraiva, 2002.

BERALDO, Leonardo de Faria. *Curso de arbitragem*, São Paulo: Atlas, 2014.

BONATO, Giovanni. *La natura i gli effetti del lodo arbitrale: studio di diritto italiano e comparato*, Napoli: Jovene, 2012.

BOTELHO DE MESQUITA, José Ignacio. *A coisa julgada*, 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2005.

_____. *Teses, estudos e pareceres de processo civil*, vol. 2, São Paulo: RT, 2005.

BRAGHETTA, Adriana. *A importância da sede da arbitragem: visão a partir do Brasil*, vol. I. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

_____.; GONÇALVES, Eduardo Damião; GABBAY, Daniela Monteiro. *Invalidade da sentença arbitral in Revista brasileira de arbitragem*, nº 22, São Paulo: CBAr, abr./mai., 2009.

CABRAL, Antonio do Passo. *Alguns mitos do processo (II): Liebman e a coisa julgada in Coisa julgada e outras estabilidades processuais* (Coord. DIDIER JR, Fredie; CABRAL, Antonio do Passo), Salvador: Jus Podium, 2018.

_____. *As estabilidades processuais como categorias incorporadas ao sistema do CPC in Coisa julgada e outras estabilidades processuais* (Coord. DIDIER JR, Fredie; CABRAL, Antonio do Passo), Salvador: Jus Podium, 2018.

_____. *Coisa julgada e preclusões dinâmicas*, 2ª ed., Salvador: JusPodivm, 2014.

_____. *Nulidades no processo moderno*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2010.

_____. *Nulidades no processo penal entre garantismo, instrumentalidade e boa-fé: a validade prima facie dos atos processuais in Garantismo Penal Integral: questões penais e processuais, criminalidade moderna e a aplicação do modelo garantista no Brasil* (CALABRICH, Bruno; FISCHER, Douglas e PELELLA, Eduardo), Salvador: Juspodivm, 2010. p. 382.

CAHALI, Francisco José. *Curso de arbitragem*, São Paulo: RT, 2011.

CALAMANDREI, Piero. *Instituciones de Derecho Procesal Civil*, vol. II e III. Buenos Aires: Liberia El Foro, 1996.

_____. *La cassazione civile*, vol. I. Torino: Fratelli Bocca, 1920.

_____. Opere Giuridiche, vol. VIII. Roma: Tre-Press, 2019.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Da Jurisdição*, Salvador, Progresso, 1.957.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Arbitragem*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

_____. *Lições de direito processual civil*, vo. 2, 6ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002.

CARAMELO, António Sampaio. *Anulação da sentença arbitral contrária à ordem pública* in *Revista de Arbitragem e Mediação*, nº 32, São Paulo: RT, jan./mar., 2012.

CARMONA, Carlos Alberto. *A arbitragem no processo civil brasileiro*, São Paulo: Malheiros, 1993.

_____. *Arbitragem e processo*, 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. *O processo arbitral* in *Revista de Arbitragem e Mediação*, nº 1, São Paulo: RT, jan./abr., 2004.

_____. *Os sete pecados capitais do árbitro* in *Revista de Arbitragem e Mediação*, nº 52, São Paulo: RT, jan./mar., 2017.

CARNEIRO, Paulo Cezar. *Aspectos processuais da nova lei de arbitragem* in *Arbitragem: lei brasileira e praxe internacional* (Coord. CASELLA, Paulo Borba), 2ª edição, São Paulo: LTr, 1999.

CARNELUTTI, Francesco. *Derecho y proceso*, Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1981.

_____. *Sistema de direito processual civil*, vols. 1 e 2, 2ª ed. São Paulo: Lemos e Cruz, 2004.

CARREIRA ALVIM, J. E. *Tratado geral da arbitragem*, Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

CHIOVENDA, Giuseppe. *A ação no sistema dos direitos*, Belo Horizonte: Líder, 2003

_____. *Instituições de direito processual civil*, vol. 1, 3ª ed. Campinas: Bookseller, 2002.

_____. *Sulla cosa giudicata in Saggi di diritto processuale civile*. v. 2, Milano: Giuffrè, 1993.

COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário filosófico*, 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

CORDEIRO, António Menezes. *Tratado da arbitragem*, Coimbra: Almedina, 2015.

COSTA, Nilton César Antunes da. *Poderes do árbitro*, São Paulo: RT, 2002.

COSTA, Moacyr Lobo da. *A revogação da sentença*, São Paulo: Ícone, 1995.

COSTA E SILVA, Paula. *Estabilidade da decisão arbitral* in *Coisa julgada e outras estabilidades processuais* (Coord. DIDIER JR, Fredie; CABRAL, Antonio do Passo), Salvador: Jus Podium, 2018.

COUTURE, Eduardo J. *Fundamentos del derecho procesal civil*, 4ª ed., Buenos Aires: Julio Cesar Faira. 2004.

CRETELLA NETO, José. *Comentários à lei de arbitragem brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

DASQUIÉ, Guillaume. *Les nouveaux Pouvoirs*, Paris: Flammarion, 2003.

DE LUCCA, Rodrigo Ramina. *Querela nullitatis e réu revel não citado no processo civil brasileiro* in *Revista de Processo*, vol. 202. São Paulo: RT, dez., 2011.

DELLORE, Luiz. *Estudos sobre coisa julgada e controle de constitucionalidade*, Rio de Janeiro: Forense, 2013.

DIDIER JUNIOR, Fredie. *A invalidação dos atos processuais no processo civil brasileiro*. Disponível em <http://www.frediedidier.com.br/artigos/a-invalidacao-dos-atos-processuais-no-processo-civil-brasileiro/>

DINAMARCO, Cândido Rangel; GRINOVER, Ada Pellegrini; CINTRA, Antônio Carlos de Araujo. *Teoria geral do processo*, 13ª edição, São Paulo: Malheiros, 1997.

DINAMARCO, Cândido Rangel; LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes. *Teoria geral do novo processo civil*, São Paulo: Malheiros, 2016.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Possibilidade de emendas e alterações a pedidos e o princípio da estabilização no procedimento arbitral* in *Revista de Arbitragem e Mediação*, nº 35, São Paulo: RT, out./dez., 2012.

_____. *Limites da sentença arbitral* in *Nova era do processo civil*, 4ª ed., São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. *Limites da sentença arbitral e de seu controle jurisdicional* in *Reflexões sobre arbitragem* (Coord. MARTINS, Pedro A. Batista; GARCEZ, José Maria Rossani, São Paulo: LTr, 2002.

_____. *A arbitragem na teoria geral do processo*, São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. *A instrumentalidade do processo*, 15ª edição, São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. *A nova era do processo civil*, 4ª edição, São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. I, 8ª edição, São Paulo: Malheiros, 2016.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. II, 7ª edição, São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil*, vol. III, 7ª edição, São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. *Litisconsórcio*. São Paulo: Malheiros, 1985.

_____. *Vocabulário do processo civil*, 2ª edição, São Paulo: Malheiros, 2014.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*, São Paulo: Perspectiva, 1997.

ENGISCH, Karl. *Introdução ao pensamento jurídico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

FABRICIO, Adroaldo Furtado. *A coisa julgada nas ações de alimentos* in *Ensaio de direito processual*, Rio de Janeiro: Forense, 2003.

_____. *Réu revel não citado, “querela nullitatis” e ação rescisória* in *Revista de Processo*, vol. 12, n. 48, out./dez. 1987.

FARIA, Marcela Kohlbach de. *Ação anulatória da sentença arbitral: aspectos e limites*, Brasília: Gazeta Jurídica, 2014.

FAZZALARI, Elio. *Instituições de direito processual civil*, Campinas: Bookseller, 2006.

FERNANDES, Marcus Vinicius Tenorio da Costa. *Anulação da sentença arbitral*, São Paulo: Atlas, 2007.

FICHTNER, José Antonio; MANNHEIMER, Sergio Nelson; MONTEIRO, André Luís. *Novos temas de arbitragem*, Rio de Janeiro: FGV, 2015.

_____. *Questões concernentes à anulação de sentenças arbitrais domésticas* in (Coord. MUNIZ, Joaquim de Paiva; VERÇOSA, Fabiane; PANTOJA, Fernanda Medina; ALMEIDA, Diogo de Assumpção Rezende de) *Arbitragem e mediação: temas controvertidos*, Rio de Janeiro: Forense, 2014.

_____. *Teoria geral da arbitragem*, Rio de Janeiro: Forense, 2019.

FIGUEIREDO, Roberto Castro. *A anulação das sentenças arbitrais “incompletas” e a sentença arbitral complementar* in (Coord. MELO, Leonardo de Campos; BENEDUZI, Renato Resende) *A reforma da arbitragem*, Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FONSECA, João Francisco Alves da. *Comentários ao Código de Processo Civil*, volume IX (Coord. GOUVÊA, José Roberto Ferreira; BONDIOLI, Luis Guilherme Aida; FONSECA, Joao Francisco Naves da). São Paulo: Saraiva, 2017.

FONSECA, Rodrigo Garcia da. *Impugnação da sentença arbitral* in CARMONA, Carlos Alberto; LEMES, Selma Ferreira; MARTINS, Pedro Batista. *20 anos da lei de arbitragem: homenagem a Petrônio R. Muniz*, São Paulo, Atlas, 2017.

_____. *Reflexões sobre a sentença arbitral* in *Revista de Arbitragem e Mediação*, nº 6, São Paulo: RT, jul./set., 2005, pp. 40/74.

FOUCHARD, Philippe. *Os Desafios da Arbitragem Internacional* in *Revista Brasileira de Arbitragem*, São Paulo: Síntese e Comitê Brasileiro de Arbitragem, nº 1, jan./mar., 2004.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca. *Sentenças inexistentes e “querela nullitatis”*
Disponível em
<http://myrtus.uspnet.usp.br/pesqfdrp/portal/professores/fernando/pdf/sentenecas.pdf>

GOMES, Orlando. *Introdução ao direito civil*, 21ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

GONÇALVES, Raphael Magno Vianna. *Arbitragem: teoria e prática*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

GONÇALVES, Tiago Figueiredo. *Ação declaratória de inexistência de ‘sentença’ baseada em ‘lei’ posteriormente declarada inconstitucional* in NERY JR., Nelson, e ALVIM, Teresa Arruda. *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos e de outros meios de impugnação*, São Paulo: RT, 2002.

GRAU, Eros Roberto. Arbitragem e contrato administrativo in Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, nº 21, 2002 (<https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/72370>).

GRECO, Leonardo. *Instituições de processo civil*, vol. I, 5ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2015.

GRECO FILHO, Vicente. *Direito processual civil brasileiro, volume 2*. 20ª edição, São Paulo: Saraiva, 2009.

GREBLER, Eduardo. *Controle Judicial da Sentença Arbitral* in *Revista Brasileira de Arbitragem*, nº 5, São Paulo: CBAr, jan./mar., 2005.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Arbitragem: ação anulatória e embargos de devedor* in *Revista Brasileira de Arbitragem*, nº 18, Porto Alegre, abr./jun., 2008.

GUERRERO, Luis Fernando. *Convenção de arbitragem e processo arbitral*, São Paulo: Atlas, 2009.

JÚNIOR, Eduardo Garcia; MIYAMOTO, Yumi Maria Helena. *O novo cpc e a querela nullitatis: respeito aos vícios transrescisórios e “destruição” da imutabilidade das decisões judiciais*. Disponível em <http://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/93978>

JUNIOR, Joel Dias Figueira. *Arbitragem*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2019.

_____. *Arbitragem, jurisdição e execução*, São Paulo: RT, 1999.

_____. *Manual de arbitragem*, São Paulo: RT, 1997.

JUNIOR, Luiz Antonio Scavone. *Manual de arbitragem: mediação e conciliação*, Rio de Janeiro: Forense, 2015.

KOMATSU, Roque. *Da invalidade no processo civil*. São Paulo: RT, 1991.

LACERDA, Galeno, *Despacho Saneador*, 2ª edição, Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 1985.

LAMAS, Natália Mizrahi. *Ações anulatórias de sentença arbitral* in MELO, Leonardo de Campos; BENEDUZI, Renato Resende. *A reforma da arbitragem*, Rio de Janeiro: Forense, 2016.

LEMES, Selma Ferreira. *A sentença arbitral* in *Revista de Arbitragem e Mediação*, vol. 4, São Paulo: RT, jan./mar., 2005.

_____. *Fundamentos e limites e o dever de revelação do árbitro e a ação de anulação da sentença arbitral* in LEMES, Selma Ferreira e BALBINO, Inez, *Arbitragem - temas contemporâneos*, São Paulo: Quartier Latin, 2012.

_____. *Os princípios jurídicos da Lei de Arbitragem* in *Aspectos fundamentais da Lei de Arbitragem*. MARTINS, Pedro Batista; LEMES, Selma M. Ferreira e CARMONA, Carlos Alberto, Rio de Janeiro: Forense, 1999.

LIEBMAN, Enrico Tullio. *Decisão e Coisa Julgada* in *Revista da Faculdade de Direito*, Vol. XL, São Paulo, 1945.

_____. *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre coisa julgada*. Rio de Janeiro: Forense, 1945.

_____. *Estudos sobre o processo civil brasileiro*. São Paulo: Bestbook, 2004.

_____. *Institutos do direito comum no processo civil brasileiro* in *Revista Forense*, v. 147, Rio de Janeiro: Forense, 1953.

_____. *Manual de Direito Processual Civil*, vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

LIMA, Taísa Maria Macena de. *Os planos do mundo jurídico e a teoria das nulidades* in *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região*, Belo Horizonte, Vol. 30, nº 60, Jul./Dez.99 (<https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/71986>)

LOBO, Carlos Augusto da Silveira. *A definição de sentença arbitral estrangeira* in *Revista de Arbitragem e Mediação*, vol. 9, São Paulo: RT, abr./jun., 2006.

_____. *Cumprimento e impugnação da sentença arbitral no Poder Judiciário* in *Revista de Arbitragem e Mediação*, vol. 30, São Paulo: RT, jul./set., 2011, pp. 199/226.

MACEDO, Alexander dos Santos. *Da querela nullitatis – sua subsistência no Direito Brasileiro*, Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2005.

MAGALHÃES, José Carlos de. *Do Estado na arbitragem privada*, São Paulo: Max Limonad, 1988.

MARCATO, Antônio Carlos. *Procedimentos Especiais*, 16ª edição. São Paulo: Atlas, 2016.

MARCHI, Eduardo C. Silveira. *Guia de metodologia jurídica*, 2ª edição. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Luiz; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil comentado*, 4ª edição. São Paulo: RT, 2018.

MARQUES, Ricardo Dalmaso. *O dever de revelação do árbitro*, São Paulo: Almedina, 2018.

_____. *Inexistência de vinculação do árbitro às decisões e súmulas judiciais vinculantes do Supremo Tribunal Federal* in *Revista Brasileira de Arbitragem*, nº 38, São Paulo: CBAr, abr./jun., 2013.

MARTINS, André Chateaubriand. *Os diferentes níveis de ordem pública sob uma perspectiva da jurisprudência brasileira em arbitragens domésticas e internacionais* in *Revista Brasileira de Arbitragem*, nº 37, São Paulo: CBAr, jan./mar., 2013.

MARTINS, Pedro Batista. *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. II, Rio de Janeiro: Forense, 1960.

MARTINS, Pedro A. Batista. *Anotações sobre a sentença proferida em sede arbitral* in *Aspectos fundamentais da lei de arbitragem*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

_____. *Apontamentos sobre a lei de arbitragem*, Rio de Janeiro: Forense, 2008.

_____; LEMES, Selma Ferreira Lemes; CARMONA, Carlos Alberto. *Aspectos fundamentais da lei de arbitragem*, Rio de Janeiro: Forense, 1991.

MATOS, Rafael Alfredi de. *A invalidade dos atos processuais no processo civil*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo, 2015.

MEDINA, José Miguel Garcia. *Direito processual civil moderno*. São Paulo: RT, 2016.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do Fato Jurídico – Plano da Existência*, 15ª edição. São Paulo: Saraiva, 2008.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do Fato Jurídico – Plano da Eficácia*, 9ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. *Teoria do Fato Jurídico – Plano da Existência*, 20ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. *Teoria do Fato Jurídico – Plano da Validade*, 13ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

MESQUITA, José Ignacio Botelho de. *Autoridade da Coisa Julgada e a Imutabilidade da Motivação da Sentença in Teses, estudos e pareceres de processo civil*. Vol. 2. São Paulo: RT, 2005.

MIRANDA, Maria Bernadete; MALUF, Clóvis Antonio. *Curso teórico e prático de mediação, conciliação e arbitragem*, Rio de Janeiro: GZ, 2013.

MONIZ DE ARAGÃO, Egas Dirceu. *Comentários ao Código de Processo Civil*, vol. II, Rio de Janeiro: Forense, 1974.

MOREIRA ALVES, José Carlos. *Direito Romano*. Vol. 1. 10ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1996.

NAGAO, Paulo Issamu. *Do controle judicial da sentença arbitral*, Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

NANNI, Giovanni Ettore (coord.). *Comentários ao Código Civil: direito privado contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2018.

_____. *Recurso arbitral: reflexões* in GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida (Coord.). *Aspectos práticos da arbitragem*, São Paulo: Quartier Latin, 2006.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. *Código de processo civil comentado*. São Paulo: RT, 2015.

_____. *Princípios do processo civil na constituição federal*. 13ª edição. São Paulo: RT, 2017.

_____. *Princípios fundamentais - Teoria geral dos recursos*. São Paulo: RT, 1997.

NETO, Orlando Celso da Silva. *Princípios do processo e arbitragem* in *Arbitragem: lei brasileira e praxe internacional* (Coord. CASELLA, Paulo Borba), 2ª edição, São Paulo: LTr, 1999.

NEVES, Celso. *Coisa julgada civil*. São Paulo: RT, 1971.

_____. *Contribuições ao estudo da coisa julgada civil*, São Paulo: RT. 1970.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. *Manual de direito processual civil*. Salvador: Jus Podium, 2016.

NIEVA-FENOLL, Jordi. *Coisa julgada*, São Paulo: RT, 2016.

NUSDEO, Fábio. *A arbitragem e seus desdobramentos: o caso dos embargos infringentes* in TUCCI, José Rogério Cruz e; RODRIGUES, Walter Piva; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. *Processo civil: homenagem a José Ignacio Botelho de Mesquita*, São Paulo: Quartier Latin, 2013.

PALONI, Nelson Alexandre. *Irrecorribilidade das sentenças arbitrais* in *Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem*, 375/390, nº 10, São Paulo: RT, out./dez., 2000.

PARENTE, Eduardo de Albuquerque. *Processo arbitral e sistema*, São Paulo: Atlas, 2012.

_____. *Processo arbitral e sistema*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, 2009.

PASSOS, José Joaquim Calmon de. *Esboço de uma teoria das nulidades aplicada às nulidades processuais*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

PEREIRA, Ana Lucia. *Considerações sobre a possibilidade da ação rescisória na sentença arbitral* in *Revista de Arbitragem e Mediação*, nº 11, São Paulo: RT, abr./jun., 2008.

PERES, Marly Netto. *Dicionário básico escolar de filosofia*. São Paulo: Global, 2013.

PINTO, José Emílio Nunes. *Anulação de sentença arbitral infra petita, extra petita e ultra petita* in JOBIN, Eduardo, e MACHADO, Rafael Bicca. *Arbitragem no Brasil: aspectos jurídicos relevantes*, São Paulo: Quartier Latin, 2008.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil, tomos I, II, V e VI*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

_____. *Tratado da ação rescisória*. São Paulo: RT, 2016.

RANZOLIN, Ricardo. *Controle judicial da arbitragem*, Rio de Janeiro: GZ, 2012.

RICCI, Edoardo Flavio. *Lei de arbitragem brasileira*, São Paulo: RT, 2004.

SAMPIETRO, Luiz Roberto Hijo. *Limites objetivos da coisa julgada no novo Código de Processo Civil*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo, 2018.

SATTA, Salvatore. *Manual de Derecho Procesal Civil*. vol. II, 7ª edição (tradução), Rio de Janeiro: Borsoi, 1.973.

SENRA, Alexandre. *A coisa julgada no Código de Processo Civil de 2015*, Salvador: Jus Podium, 2017.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. *Da sentença liminar à nulidade da sentença*, Rio de Janeiro: Forense, 2002.

_____. *Sentença e coisa julgada: ensaios e pareceres*, 4ª edição, Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SILVA PEREIRA, Caio Mário. *Instituições de direito civil*, vol. 1, 21ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

TALAMINI, Eduardo. *Coisa julgada e sua revisão*. São Paulo: RT, 2005.

_____. *Notas sobre a teoria das nulidades no processo civil* in *Revista Dialética de Direito Processual*, n. 29, São Paulo: Dialética, 2005.

THEODORO JUNIOR, Humberto. *A ação rescisória e o problema da superveniência do julgamento da questão constitucional* in *Revista de Processo*, nº 79, São Paulo: RT, jul.-set., 1995.

_____. *As nulidades no Código de Processo Civil* in *Revista Síntese de Direito Civil e Processual Civil*, São Paulo: Sage, n. 1, set-out. 1999.

_____. *As nulidades no CPC* in *Doutrinas essenciais de processo civil*, vol. 3, São Paulo: RT, 2011.

_____. *Curso de Direito Processual Civil*. Vol. 1, 52ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2011.

_____. *Nulidade, inexistência e rescindibilidade da sentença* in *Revista de Processo*, nº 19, São Paulo: RT, jul.-set., 1980.

TUCCI, José Rogério Cruz e. *A fenomenologia da coisa julgada no pensamento de Botelho de Mesquita* in TUCI, José Rogério Cruz e; RODRIGUES, Walter Piva; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. *Processo civil: homenagem a José Ignacio Botelho de Mesquita*, São Paulo: Quartier Latin, 2013.

_____. *Breves anotações sobre a “restitutio in integrum” e o processo acusatório romano* in *Revista Justitia*, nº 122, São Paulo, jul./set., 1983 (<http://www.revistajustitia.com.br/revistas/92c9x5.pdf>)

_____. *Reflexões sobre a estrutura formal da sentença arbitral* in CARMONA, Carlos Alberto; LEMES, Selma Ferreira; MARTINS, Pedro Batista. *20 anos da lei de arbitragem: homenagem a Petrônio R. Muniz*, São Paulo, Atlas, 2017.

VALE, Martim Della. *Considerações sobre os pressupostos processuais em arbitragens* in *Revista Brasileira de Arbitragem*, nº 12, São Paulo: CBAr, out./dez., 2006.

_____. *Arbitragem e equidade: uma abordagem internacional*, São Paulo: Atlas, 2012.

VALENÇA FILHO, Clávio de Melo. *A arbitragem em juízo*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, 2015.

_____. *Aspectos de Direito Internacional Privado na Arbitragem* in *Revista de Direito Bancário, Mercado de Capitais e da Arbitragem*, São Paulo: RT, nº 7, jan./mar., 2000.

_____. *Os efeitos da convenção de arbitragem em fase da Constituição Federal* in *Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem*, vol. 7, São Paulo: RT, jan./mar. 2002.

_____. *Poder Judiciário e sentença arbitral*, Curitiba: Juruá, 2002.

_____. *Sentença arbitral inexistente* in *Reflexões sobre arbitragem* (Coord. MARTINS, Pedro A. Batista; GARCEZ, José Maria Rossani) São Paulo: LTr, 2002.

VICENTE, Fabrizzio Matteucci. *Arbitragem e nulidades: uma proposta de sistematização*. Tese (Doutorado em Direito). Universidade de São Paulo, 2010.

_____. *A actio nullitatis insanabilis*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo, 2006.

VIVEIROS, Estefânia. *Os limites do juiz para correção do erro material*, vol. 4, Brasília: Gazeta Jurídica, 2013.

WALD, Arnoldo. *Os meios judiciais do controle da sentença arbitral* in *Revista de Arbitragem e Mediação*, nº 1, São Paulo: RT, jan./abr., 2004.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; DIDIER JR., Fredie; TALAMINI, Eduardo; DANTAS, Bruno (Coordenadores). *Breves comentários ao novo Código de Processo Civil*, São Paulo: RT, 2015.

_____; MEDINA, José Miguel Garcia. *O dogma da coisa julgada*, São Paulo: RT, 2003.

_____. *Recurso especial, recurso extraordinário e ação rescisória*. São Paulo: RT, 2008.

WLADECK, Felipe Sripes. *Meios de controle judicial da sentença arbitral nacional*. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade de São Paulo, 2013.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Ação anulatória de julgamento arbitral e ação rescisória* in *Revista de Arbitragem e Mediação*, nº 5, São Paulo: RT, abr./jun., 2005.

_____. *Ainda sobre o caráter subsidiário do controle jurisdicional estatal da sentença arbitral* in *Revista de Arbitragem e Mediação*, nº 50, São Paulo: RT, jul./set., 2016.

_____. *Breves considerações sobre arbitragem e prova* in *Carta Forense* (05/11/2012): <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/colunas/breves-consideracoes-sobre-arbitragem-e-prova/9779>

_____. *Caráter subsidiário da ação anulatória da sentença arbitral* in *Arbitragem e mediação* (Coord. WALD, Arnaldo), São Paulo: RT, 2014.